

## **Papéis Legislativos – NECON/IESP-UERJ**

### **ONDE NASCEM OS VOTOS II**

#### **(Exercícios na ponta do lápis 3)**

*Wanderley Guilherme dos Santos*

(07 de maio de 2018)

A eleição direta para presidente da República, em 1989, não se qualifica como normal, típica, crítica, ou qualquer padrão comparativo, nem mesmo com eleições disputadas depois de longo tempo de exceção, seja a eleição em 1945, pós-ditadura getulista, ou o pré retrocesso outonal em seguida à Primavera árabe. O grande número de candidatos perfilados no primeiro turno, entre os quais nomes consagrados na luta contra a ditadura, terminaram surpresos com o resultado de que o vencedor só seria conhecido depois de um segundo turno, confrontando um meteórico e estabonado outsider, Fernando Collor, e um torneiro mecânico, Luiz Inácio Lula da Silva, barbudo e, conforme as camisetas, enfezado. Lula, combativo líder dos movimentos sindicais do ABC paulista, representava o Partido dos Trabalhadores, recém-criado e sem rede nacional de diretórios ou filiações. Contudo, revelou-se adversário altamente competitivo, obtendo 29,5% dos votos no Norte, 44,3% no Nordeste, 49,3% no Sudeste, onde perdeu por 0,7 pontos percentuais para Collor, tendo-o, contudo, derrotado largamente por 72,9% contra 27,1% no estado do Rio de Janeiro, diferença só inferior às obtidas por Collor em Roraima, Tocantins e Alagoas. Collor ainda venceu as eleições no Centro-Oeste, mas perdeu para Lula no Sul, que obteve excelentes votações em Santa Catarina e, especialmente, no Rio Grande do Sul (Anexo 1).

As eleições de 1994 e 1998 se caracterizaram como vitórias por avalanche de votos. Neste tipo de eleição, o vencedor obtém superioridade em praticamente todos os colégios eleitorais, em alguns deles com extraordinário número de votos. Eleições desse tipo não são propriamente incomuns, mas é possível que existam pouquíssimos casos em que ocorram em duas eleições sucessivas e com os mesmos candidatos. Foram vitórias atípicas e inusitadas, considerando o desempenho razoável do derrotado, Lula, na eleição de 1989. Em 1994, Lula só conseguiu sobrepujar Fernando Henrique Cardoso no estado do Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, onde também batera Fernando Collor, em 1989. Em 1998, com outra vitória de Fernando Henrique em primeiro turno, Lula bateu Fernando Henrique em três estados: Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Um do Nordeste, outro do Sudeste e, o terceiro, do Sul.

Exame atento dos números eleitorais compilaria substancial progresso no desempenho do perdedor, entre a primeira e segunda derrota. Em 1994, além dos estados em que venceu, Lula obteve mais de 30% dos votos locais em quatro estados: Pernambuco e Sergipe (37% cada um); Bahia (35%) e Pará (31%). Em 1998, foram nove os estados, além dos três em que saiu vencedor, nos quais Lula alcançou mais de 30% dos votos locais: Amapá (39%); Santa Catarina (37%); Bahia e Sergipe (35% cada um); Paraíba (34%) e Acre e Pernambuco (31% cada um). A penetração nacional se expandia, movimento mais do que evidenciado nas eleições proporcionais para a Câmara, em Brasília: de 8 deputados eleitos em 1982, o PT dobrara a representação para 16 deputados, em 1986, e praticamente repetira o feito, em 1990, com 35 representantes eleitos. Em 1994, ano de sua primeira derrota presidencial por avalanche, o PT aumentou em 30% a representação na Câmara (45 deputados eleitos) e mais ou menos 30% (58 eleitos), em 1998, ano da segunda derrota presidencial por avalanche. Na eleição crítica de 2002, em que o candidato presidencial do PSDB, José Serra, só venceu em um estado, o nordestino

Alagoas, a representação parlamentar do PT cresceu em mais de 60%, passando a ter 91 deputados. O caráter nacional do partido estava mais do que consolidado, bem posicionado nas Assembleias de vários estados e se alargando municipalmente.

Estas observações preliminares pertencem ao presente exercício porque ajudarão a desdobrar o argumento de Onde Nascer os Votos I com a demonstração de que a polarização eleitoral entre um Nordeste pobre e petista e um Sudeste/Sul esclarecido e antipetista é destituída de comprovação empírica persuasiva.

Os resultados na ponta do lápis de “Onde Nascer os Votos” I – Necon-Iesp-Uerj (27/03/18) conduziram a duas conclusões: a) a de que se encontra no Sudeste, não Norte ou Nordeste, a maior contribuição proporcional para a votação nacional total dos candidatos presidenciais Lula 1, Lula 2, Dilma 1 e Dilma 2; b) a de que a diminuição do número absoluto de prefeituras e vereanças conquistadas pelo PT, nas eleições de 2016, resultou, decisivamente, de drástica redução no número de candidatos apresentados, em 2016, comparados aos números correspondentes a 2012. Aqui se apresentarão evidências revelando que a falsa polarização Nordeste-Sudeste mistifica, de fato, a polarização entre São Paulo e a maioria do resto do país, o que inclui todos os demais estados do Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), a maioria do Nordeste e um dos três estados do Sul (Rio Grande do Sul). Por fim, e para surpresa dos que acreditam em versões, mais do que em fatos, não é o PT, mas o PSDB que mantém hegemonia nos atrasados estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, desde 2006, ano em que, alegadamente, o Sudeste ilustrado teria empurrado o PT para os “confins” do Norte e Nordeste.

Nas eleições de 2002, e sempre considerando os resultados do primeiro turno, o candidato derrotado, José Serra, do PSDB, só superou Lula em um estado e, ironicamente, do Nordeste: Alagoas. Lula foi vitorioso no Norte, no Nordeste (fora Alagoas), no Sudoeste, no Sul e no Centro-Oeste. Em 2006, o derrotado final foi

Geraldo Alkmin, tendo vencido no primeiro turno nos estados do Acre, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, no Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e, por mínima margem, Rio Grande do Sul, desvio largamente revertido no segundo turno. A mistura, em eleição representando alegadamente um divisor de águas entre eleitorados esclarecidos e iletrados, a de 2006, resultou estranha: em 11 vitórias, Alkmin obteve sete delas no Norte e no Centro-Oeste.

A hegemonia tucana permaneceu sólida no Acre e no Centro-Oeste, em 2010, e outra vez José Serra, agora contra Dilma Rousseff, foi vitorioso em cinco estados – Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Roraima –, apenas um no Sudeste, São Paulo, e dois no Sul: Paraná e Santa Catarina. Finalmente, em 2014, a reserva tucana de votos no Norte e Centro-Oeste continuou imbatível, tendo Aécio Neves, candidato do PSDB, vencido em Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal (que não deixa de ser, eleitoralmente, Centro-Oeste). Os demais membros do coquetel peessedebista, em 2016, foram dois estados do Sudeste, Espírito Santo e São Paulo, e dois do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Esses são os fatos reais da vida eleitoral brasileira em relação a eleições presidenciais desde Fernando Collor. Para enfatizar a falta de qualquer sentido científico da esdrúxula tese da “polarização” Sudeste versus Norte/Nordeste, registre-se que os candidatos do Partido dos Trabalhadores venceram os pleitos presidenciais em todos os estados do Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo – este desviando em 2014), desde 2002, menos em São Paulo a partir de 2006. Entre os três estados do Sul, os candidatos do PT conquistaram vitória no Rio Grande do Sul em todas as eleições presidenciais, com exceção da eleição de 2006 (em que venceram, todavia, no segundo turno, mas a análise mantém-se fiel à regra do primeiro turno).

É certo que o número de estados do Nordeste, nove, supera os sete da soma Sudeste e Sul. Mas a tese da polarização não se dá conta de que, no Sudeste, o PSDB só é majoritário em um dos quatro estados, e em duas das três unidades sulistas. Aos três estados “avançados” do Sudeste/Sul, em sete, devem ser acrescentados cinco, dos sete nortistas, também reiteradamente peessedebistas. Contrariamente, os candidatos presidenciais petistas têm obtido maioria em três, dos quatro estados do Sudeste, um da região Sul, e em apenas duas (Amazonas e Pará) das sete unidades nortistas. No Nordeste, certamente, o PT reproduz a hegemonia do PSDB no Norte, vencendo nas nove unidades da federação, com exceção da vitória de José Serra, em Alagoas, na eleição de 2002. Em suma: os ilustrados contam com um estado no Sudeste, dois no Sul e cinco na região Norte; os iletrados contam com três no Sudeste, um no Sul, nove no Nordeste e dois no Norte. Tal divisão vem de 2006, ano da suposta eleição divisória entre o ilustrado Sudeste e o iletrado Nordeste.

Repondo a perspectiva dos presentes exercícios, a eleição de 2006 não divorciou nenhum eleitorado de outro, apenas retificou a verdadeira eleição crítica de 2002, em que o extenso eleitorado brasileiro extinguiu a incomum avalanche eleitoral em dois anos eleitorais sucessivos. Sem prejuízo dos méritos pessoais do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o espetacular êxito da introdução do “real” contribuiu decisivamente para o sucesso do PSDB. Com a quase fatal naturalização dos fenômenos sociais, o sucesso do “real” virou hábito e a atenção pública dirigiu-se a outros incômodos. A insatisfação crescente com o governo Fernando Henrique Cardoso, três anos depois de sua segunda vitória por avalanche, mostrou-se, primeiramente, nos reduzidos índices de apoio a seu governo, ao final do segundo mandato, e, posteriormente, com a eleição crítica de 2002, em que seu candidato perdeu na maioria dos estados do Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

A moderação retificadora do excesso crítico de 2002 operou-se pelo resultado das eleições de 2006, seguida por duas eleições consideravelmente normais, em comparação justamente com a retificadora de 2006. O número de eleições presidenciais concorridas desde a Constituição de 88, nas quais pelo menos três delas geraram resultados incomuns, é certamente insuficiente para uma discussão peremptória dos padrões de voto dos brasileiros. Convém, em consequência, evitar precipitações e fantasiar teorias sobre paralelepípedos desconjuntados, sendo mais provável que estejam equivocadas, inconsistentes com o conjunto de informações disponíveis, ainda que parco. Se não há fundamento empírico sólido para teorias generalizantes, a base presente factual basta para revelar a fragilidade de teses ligeiras.

Naturalmente, a distribuição das vitórias estaduais não mostra senão a epiderme da geografia eleitoral das eleições para presidente. Ainda assim, a evidente inferioridade do PSDB diante do PT em três dos quatro estados do Sudeste e em um do Sul, por um lado, e sua hegemonia no Norte e Centro-Oeste, por outro, não são realidades que a supremacia do PT nas nove unidades nordestinas permita aos adeptos da polarização desprezar. O clichê de que a geografia eleitoral é complexa não exime a violenta simplificação que a extrema e insubsistente tese da polarização advoga. Como revelado no anterior “Onde Nascem os Votos I”, a análise deve ser humilde diante de fatos incontroversos.

A hipótese de que o número de concorrentes contribui para o desempenho dos partidos, pelo lado da oferta, saiu outra vez corroborada pelos resultados das eleições retificadoras de 2016. O modelo de oferta e demanda por representação isola o impacto agregado das abstenções, votos brancos e nulos (alienação eleitoral), tornando comparativos os resultados partidários entre duas ou mais eleições, independente das respectivas taxas de alienação. Por fim, demonstrou-se a generalidade do modelo: para todos os partidos, independente de tamanho ou

inclinação ideológica, vale a hipótese de que, quanto maior o número de candidatos de uma legenda, maior a probabilidade de conquistar vitórias. Da generalização, segue-se uma inferência ajustada à comparação do desempenho de partidos em eleições sucessivas: maior ou menor número de candidatos entre as eleições produzirá simétrica proporção entre o número de vitórias (derrotas) alcançadas nessas eleições.

Investigações futuras elucidarão a robustez do modelo de oferta e demanda por representação, enriquecendo-o com peculiaridades operacionais em distintos contextos competitivos. Neste exercício, a incógnita refere-se aos resultados eleitorais, por estado, responsáveis pelas principais leituras da tabela 2 do primeiro documento “Onde nascem os votos” I: a) crescente participação proporcional dos votos nortistas e nordestinos na votação nacional de Lula e Dilma, nas quatro eleições presidenciais; b) relativa estabilidade na contribuição do Sul e Centro-Oeste, e c) a tendência cadente na contribuição proporcional de São Paulo e Rio de Janeiro, no Sudeste.

As tabelas 1 e 2 do presente “Exercício na ponta do lápis III” mostram, respectivamente, o número absoluto de votos obtidos em cada estado pelos candidatos presidenciais petistas, na tabela 1, enquanto a tabela 2 traduz os votos da tabela 1 nas proporções correspondentes a cada estado na votação nacional total dos dois candidatos, Lula e Dilma nas quatro eleições. Tal como no exercício do primeiro “Onde nascem os votos”, só foram incluídos na tabela 2 as unidades federativas em que os candidatos obtiveram número igual ou superior a 300 000 votos. Por isso, o número de estados registrados na tabela 2 não corresponde ao número total de estados da tabela 1.

O primeiro resultado relevante informa que nem Lula nem Dilma sempre obtiveram votação igual ou acima de 300 000 votos em todas as unidades da federação. Em 2002, Lula só ultrapassou a marca de 300 000 votos em 21 unidades,

incluindo o Distrito Federal. Entretanto, Lula e Dilma ultrapassaram o patamar dos trezentos mil em 24 colégios estaduais nos três pleitos posteriores. Sabendo-se que Acre, Roraima e Amapá, completando os vinte e sete colégios eleitorais, não possuem eleitorado superior a 300 000, comprova-se a capacidade do PT em obter votação superior ao patamar escolhido em todas as unidades da federação em que era possível conquista-los.

Os três estados barrados pelo filtro dos 300 000 mil votos também devem ser excluídos nas votações de José Serra, Geraldo Alkmin, outra vez José Serra, e Aécio Neves. Mesmo assim, verifica-se que José Serra obteve menos de 300 000 votos em sete dos demais estados (em 2002), Geraldo Alkmin, em dois estados (Amazonas e Tocantins), José Serra também em dois (Amazonas e Tocantins) e Aécio Neves não superou 300 000 votos em quatro estados: Tocantins, Piauí, Pernambuco e Sergipe. Por mera contagem, portanto, aplicado o filtro dos 300 000 votos, observa-se que o alcance nacional do Partido dos Trabalhadores tem sido superior ao do PSDB.

Evidências de natureza estatística são quase sempre rombudas em demasia para justificar interpretações substantivamente significativas. Elas são indispensáveis, contudo, para delimitar com clareza o perfil dos problemas, etapa investigativa que, se cumprida defeituosamente, compromete desde logo o sucesso final da análise; mas são impotentes na descoberta das conexões de sentido entre fenômenos rigorosamente demarcados, exceto se providas de contexto conceitual apropriado. Em consequência, os resultados alcançados pelos Exercícios 1 e 2, do primeiro documento “Onde nascem os votos”, bem como os constantes do presente Exercício na ponta do lápis III, coletam informações estatísticas de impacto relevante na avaliação de teses sobre o comportamento eleitoral brasileiro, mas ainda insuficientes para entendimento complexo dos fenômenos estatisticamente retratados.

Dir-se-ia que a etapa estatística é básica e quase que exaustiva na demonstração dos equívocos de interpretações substantivas. É enorme o poder de veto estatístico a elucubrações teóricas de rigor combalido. Mas constitui apenas a etapa básica na elaboração de argumentos teóricos. Estes exercícios esclarecem a verdadeira tessitura de alguns tópicos de análise eleitoral sem reivindicar competência para interpretações associativas entre estágios econômicos, tipos de estrutura social e distribuição de preferências do eleitorado entre os vários partidos. O instrumental de investigação e as evidências suplementares exigidos por hipóteses fecundas sobre decisões de voto ultrapassam as fronteiras dos presentes exercícios. Mas presume-se que as estatísticas aqui utilizadas são suficientes para sustentar conclusões sobre o desempenho eleitoral de dois dos maiores adversários na disputa final pela presidência da República.

Parte das descrições e interpretações a seguir se sustentam na decisão de arbitrar em 300 000 votos o patamar mínimo para computar a votação estadual dos candidatos como proporção das respectivas votações nacionais. Uma distribuição igualitária dos votos dos candidatos pelas unidades da federação corresponderia ao total nacional de votos dividido pelo número de unidades (27, no caso). Ocorre, entretanto, que os valores resultantes são completamente irrealistas em qualquer tipo de eleição em qualquer sistema. No Brasil, a divisão da votação presidencial do PT pelas 27 unidades apontou os seguintes números médios de votos: 1 460 617, em 2002; 1 727 659, em 2006; 1 762 780, em 2010; e 1 601 090, em 2014. Tomá-los como referência para avaliar o equilíbrio na distribuição estadual dos votos seria, obviamente, insensato.

Arbitrei inicialmente ordenar os estados segundo um patamar mínimo de 500 000 votos por partido, mas verifiquei ser muito exigente, desvirtuando, para menos, a participação dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de eleitorados comparativamente reduzidos. Então, escolhi o mínimo de 300 000 votos,

correspondendo a 3,7% da votação total dos candidatos Lula e Dilma, em qualquer das quatro eleições. Por lógica aritmética, qualquer número dividido por 27 produzirá um número correspondente a 3,7% do número original, seja qual for o valor deste (A regra geral enuncia que, em divisões, mantido fixo o divisor, qualquer dividendo maior do que o divisor produzirá um resultado equivalente a uma porcentagem constante do dividendo, independentemente do valor deste). No caso, 3,7% ainda corresponde a frações bastante elevadas da votação total – o que é uma desvantagem como métrica para comparação direta entre os estados – mas permite comparações tecnicamente aceitáveis entre 3,7%, tomado como referência paramétrica de igualdade, e as porcentagens obtidas pelas votações reais dos estados.

As porcentagens estaduais desse exercício III, tal como nos exercícios anteriores, estão ponderadas pela votação nacional do partido, não pelas votações estaduais. A tabela 3, anexa, completa os dados da tabela 2 e permite análise diferenciada das votações dos estados por novo ângulo. A forma adequada de compará-las consiste em verificar a evolução das porcentagens de cada estado na trajetória de aproximação, superação ou afastamento do 3,7% paramétrico. Presumo que as comparações não expressem resultados estatisticamente fabricados e que a distância das diferenças entre os estados se mantenha relativamente estável, independentemente de outra referência paramétrica de igualdade por ventura selecionada.

Feitas as ressalvas, segue-se uma leitura plausível da tabela 3, anexa a este exercício III. O objetivo imediato foi identificar os estados responsáveis pela distribuição da contribuição percentual das regiões para a votação total de Lula e Dilma, registrada na tabela 2 do Onde Nasceram os Votos I, na qual as regiões Sudeste/Sul, somadas, aparecem como contribuindo proporcionalmente mais para as vitórias petistas do que as regiões Norte/Nordeste somadas. Naquele exercício

apresentaram-se os argumentos para rejeição da hipótese corrente de uma nordestinização do PT, carente dos votos ilustrados do Sudeste/Sul, agregados por região. Aqui se investigam os eleitorados responsáveis pela solidez da rejeição..

Identificando os estados em que a votação dos candidatos se manteve relativamente nula, estável, oscilante, crescente ou cadente em relação a 3,7%, independente da região, observa-se:

- 1) – Em oito unidades da federação, a relação entre a participação relativa na votação total e o percentual paramétrico de igualdade participativa foi residual, praticamente nula: Roraima, Tocantins, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal;
- 2) – De proximidade estável, porém baixa, em relação ao percentual paramétrico aparecem os estados do Piauí, Goiás e Amazonas;
- 3) – Oscilantes com viés de afastamento encontram-se o Rio Grande do Norte e a Paraíba;
- 4) – Quatro estados mostram uma clara tendência, estável, de afastamento da igualdade paramétrica: Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina;
- 5) – Estáveis em posições mais próximas da igualdade paramétrica ou em direção a maior proximidade encontram-se o Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

Em minha interpretação, ainda não cabe um juízo mais assertivo sobre eventual dispersão ou convergência dos eleitorados estaduais em relação a um centro paramétrico. As oito unidades consideradas com participação residual ou nula decorre da relativa estabilidade da posição, isto é, sem revelar inequívoca tendência para afastamento ou aproximação ao centro paramétrico, e não porque sejam de reduzido valor numérico. O Rio Grande do Norte e a Paraíba, por exemplo, aparecem com tendências de afastamento, embora também apresentando baixos valores percentuais de participação na votação total dos candidatos presidenciais. As trajetórias de claro afastamento e clara aproximação também agregam unidades

com distintas participações relativas na votação nacional do PT. São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, com elevadas participações relativas na votação nacional, notoriamente se afastam do centro de igualdade paramétrica.

Não obstante a inegável parcela de subjetividade na classificação dos desempenhos, a distribuição dos estados em função de aproximação ou fuga de um centro paramétrico parece consistente, descrevendo o caráter fluído da participação dos estados no resultado final das eleições. Em consequência, implica em elevada perda de informação tentar reduzir múltiplas e heterogêneas trajetórias a bipolaridades estanques, bipolaridades, aliás, empiricamente inexistentes. Dos itens alinhados em 4 e 5, na classificação apresentada, surgem famílias por assim dizer “bastardas”: um estado nordestino, dois do Sudeste e um da região Sul trilham caminhos paralelos bem parecidos, no alinhamento em 4. Em 5, um estado do Norte junta-se a três do Nordeste, um do Sudeste e dois do Sul na configuração de trajetória similar. Portanto, a contribuição dos estados para os resultados presidenciais do PT nas quatro eleições resulta de dinâmicas variadas, acrescentando complexidade, antes que retirando, ao mosaico eleitoral brasileiro. Tendo presente esta conclusão, convém retomar a análise da relação entre o total de votos estaduais conseguidos pelo PT e a votação final nacional do partido.

É indispensável registrar que a variação ao longo do tempo no número absoluto de votos presidenciais não se reflete automaticamente na proporção relativa de cada estado na votação nacional dos candidatos. Esta relação é essencialmente distinta daquela verificada entre número de candidatos a prefeito e vereanças e a probabilidade de obter os lugares em disputa. O número de lugares a preencher é singular – a Presidência da República – e, na rara eventualidade em que um partido concorre à vaga com mais de um candidato, a probabilidade de vitória se reduz, ao contrário da probabilidade conectando maior número de candidatos e maior número de vitórias.

Os votos dados a um candidato presidencial correspondem a uma porcentagem absoluta do eleitorado de cada estado, mas não em relação à votação total nacional do candidato. A ponderação dos votos de cada unidade federativa é função a posteriori do peso dos demais estados. Por exemplo, embora a votação de Dilma Rousseff em Minas Gerais, na eleição de 2014, tenha sido inferior à que extraiu em 2010, (veja tabela 1), ela contribuiu, entretanto, proporcionalmente, com 0,2 pontos percentuais a mais, em 2014, do que a contribuição da votação de 2010. Na Bahia, um aumento singelo no número absoluto de votos (veja tabela 1), entre uma e outra disputa presidencial, resultou em substancial acréscimo na contribuição proporcional do estado (mais 1,2 pontos percentuais), nas mesmas eleições sucessivas de 2010 e 2014.

Em outras unidades, a redução na contribuição proporcional expressou de forma bem mais simétrica a magnitude da queda no número de votos – é o caso do Rio de Janeiro, em que o PT perde grande quantidade de eleitores, desde 2006, quando sua contribuição ao total nacional correspondeu à proporção relativa de 8,8% de votos em Lula, aos 6,9% relativos obtidos por Dilma, em 2014. Em número de votos, a votação em Dilma, em 2014, equivaleu a uma perda de 20% da que recebeu em 2010, enquanto a perda relativa entre os 8,8%, de Lula de 2006, e os 6,9%, da Dilma de 2010, correspondeu a uma redução de 23,3% de apoio relativo.

O mesmo ocorreu em São Paulo, que, em 2010, proporcionou uma participação relativa de 18,4% no total da votação nacional em Dilma, caindo para 13,7% relativos, em 2014. Em estatística de votos, Dilma Rousseff perdeu, em 2014, 32% dos votos que conquistara em 2010, em São Paulo, equivalentes a uma queda de 25,5% em pontos percentuais. Em observação conectada ao tema da distribuição geoeconômica dos votos, não fossem os 13,7% de contribuição relativa ainda gerada em São Paulo, e dos 6,9% do Rio de Janeiro, ambos em dinâmica cadente

(vide alinhamento em 4) não haveria unanimidade Norte/Nordeste capaz de assegurar a difícil vitória alcançada em 2014.

A variação do peso das votações estaduais ponderadas pela votação total dos candidatos (a análise vale para qualquer partido com candidaturas presidenciais, não sendo peculiar ao Partido dos Trabalhadores) constitui informação relevante para interpretações de resultados eleitorais, dotando-as de sofisticação, reavaliando o significado dos indicadores de participação estadual com referência ao centro paramétrico de igualdade e, finalmente, identificando a hierarquia de mudanças locais (estaduais) na composição agregada dos apoios aos partidos ou candidatos.

A expectativa otimista de partidos como o PT, confiante no volume absoluto de votos conquistados em certas unidades da Federação, traduzido em algumas espetaculares percentagens locais de votos, desconsidera o desastre que o peso proporcional dos votos cadentes em regiões populosas e hostis pode causar. Um partido de centro-esquerda que afunila mensagens e prestigia aspirações e demandas de restrito grupo ocupacional – ou mesmo numeroso, porém constituído por heterogêneo e disperso conjunto de desvalidos – se arrisca ao isolamento político e ao jesuitismo ideológico.

TABELA 1

**VOTAÇÃO DO PT NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002 A 2014 - 1º TURNO**

<b>UF</b>	<b>LULA - 2002</b>	<b>LULA - 2006</b>	<b>DILMA - 2010</b>	<b>DILMA - 2014</b>
RO	283.279	329.598	321.712	345.167
AC	123.999	133.221	82.733	111.610
AM	530.246	1.070.656	991.128	915.030
RR	71.952	49.433	63.927	82.857
PA	1.070.416	1.631.569	1.699.799	2.040.696
AP	116.507	160.675	161.443	198.939
TO	225.291	392.151	362.383	368.348
MA	843.132	2.128.103	2.079.650	2.187.668
PI	616.157	1.055.600	1.088.205	1.235.203
CE	1.353.339	2.852.895	2.783.451	3.087.115
RN	581.544	952.796	846.416	999.452
PB	754.359	1.258.341	1.031.185	1.166.632
PE	1.657.476	2.993.618	2.748.751	2.126.491
AL	307.751	625.162	709.844	703.674
SE	357.557	476.399	506.802	601.578
BA	2.899.280	4.293.200	4.188.099	4.292.325
MG	4.990.085	5.192.439	5.067.399	4.829.513
ES	717.646	953.609	717.417	653.469
RJ	3.284.258	4.092.648	3.739.632	2.970.486
SP	9.106.914	8.091.867	8.740.949	5.927.503
PR	2.540.328	2.111.589	2.311.239	1.972.761
SC	1.719.739	1.108.851	1.402.566	1.140.432
RS	2.667.451	2.052.656	3.007.263	2.751.098
MS	446.438	439.965	518.877	506.951
MT	509.151	557.244	659.771	616.265
GO	1.069.398	1.143.122	1.301.985	1.035.673
DF	592.977	499.407	462.441	362.511
<b>TOTAL SEM VOTOS NO EXTERIOR</b>	<b>39.436.670</b>	<b>46.646.814</b>	<b>47.595.067</b>	<b>43.229.447</b>

TABELA 2

**VOTAÇÃO PETISTA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002 A 2014 - 1º TURNO, NOS ESTADOS EM QUE OS VOTOS DADOS AO CANDIDATO DO PT FORAM IGUAIS OU SUPERIORES A 300.000**

(Nº DE VOTOS ESTADUAIS SOBRE O TOTAL DE VOTOS NACIONAIS DADOS AO CANDIDATO)

(%)

UF	LULA - 2002	LULA - 2006	DILMA - 2010	DILMA - 2014
AM	-	2,3	2,1	2,1
PA	2,7	3,5	3,6	4,7
MA	2,2	4,6	4,4	5,1
PI	1,6	2,3	2,3	2,9
CE	3,8	6,0	5,8	7,1
RN	1,5	2,0	1,8	2,3
PB	1,9	2,7	2,2	2,7
PE	4,3	6,4	5,8	4,9
AL	-	1,3	1,5	1,6
SE	-	-	1,1	1,4
BA	7,4	9,2	8,8	10,0
MG	13,0	11,0	11,0	11,2
ES	1,8	2,0	1,5	1,5
RJ	8,4	9,0	7,9	6,9
SP	23,4	17,3	18,4	13,7
PR	6,5	4,5	4,9	4,6
SC	4,4	2,4	2,9	2,6
RS	6,8	4,4	6,3	6,4
MS	-	-	1,1	1,2
MT	1,3	1,2	1,4	1,4
GO	2,7	2,5	2,7	2,4
DF	1,5	-	-	-

TABELA 3

## VOTAÇÃO DO PT NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002 A 2014 - 1º TURNO

(Nº DE VOTOS ESTADUAIS SOBRE O TOTAL DE VOTOS NACIONAIS DO CANDIDATO)  
(%)

UF	LULA - 2002	LULA - 2006	DILMA - 2010	DILMA - 2014
RO	-	0,7	0,7	0,8
AC	0,7	0,3	1,7	0,3
AM	1,3	2,3	2,1	2,1
RR	0,2	0,1	0,1	0,2
PA	2,7	3,5	3,6	4,7
AP	0,3	0,3	0,3	0,5
TO	-	0,8	0,8	0,9
MA	2,1	4,6	4,4	5,1
PI	1,6	2,3	2,3	2,9
CE	3,4	6,1	5,8	7,1
RN	1,5	2,0	1,8	2,3
PB	1,9	2,7	2,2	2,5
PE	4,2	6,4	5,8	4,9
AL	0,8	0,1	1,5	1,6
SE	0,9	1,0	1,7	1,4
BA	7,4	9,2	9,7	9,9
MG	12,7	11,1	10,6	11,2
ES	1,8	2,0	1,5	1,5
RJ	8,3	8,8	7,9	6,9
SP	23,1	17,3	18,4	13,7
PR	6,4	4,5	4,9	4,7
SC	4,4	2,4	2,9	2,6
RS	6,7	4,4	6,3	6,7
MS	1,1	0,9	1,1	1,2
MT	1,3	1,2	1,4	1,4
GO	2,7	2,5	2,7	2,4
DF	1,5	1,1	1,0	0,8